

# Freire sai mas não rompe

Após 14 meses no cargo, o deputado Roberto Freire (PPS-PE) despediu-se da liderança do Governo na Câmara, defendendo uma posição de "independência e não de rompimento" em relação ao Governo. Freire divulgou uma moção aprovada pelo seu partido, condenando a política econômica do Governo e determinando que todos os seus representantes coloquem os cargos à disposição.

O presidente do Incra, Oswaldo Russo, além de Nelson Borges, diretor do Conab — Conselho Nacional de Abastecimento — e Paulo Marcelo, da Advocacia-Geral da União já apresentaram suas cartas de demissão, mas poderão permanecer nos cargos dependendo dos respectivos ministros, mas sem o respaldo do PPS. Os cargos indicados para o Ministério da Educação, já foram mantidos pelo ministro Murílio Hingel. A decisão foi uma consequência da saída de Roberto Freire da liderança do Governo, na última sexta-feira.

Freire anunciou que o PPS decidiu ainda lançar um movimento para "refundar a República" e mudar a estrutura de poder do País. A moção aprovada em reu-

nião, domingo, em São Paulo defende a união de todas as forças democráticas de esquerda, e uma aliança nas eleições de 1994 em todos os níveis, desde presidente da República até os governos estaduais entre o PPS, o PT e o PSDB. Freire negou que sua candidatura à presidência seja o alvo da aliança, e muito menos da do ministro Fernando Henrique Cardoso. "Se colocarmos as candidaturas agora, vamos nos complicar e aí não sairá aliança nenhuma" afirmou o ex-líder.

Da tribuna da Câmara, Roberto Freire fez seu pronunciamento de despedida da liderança afirmando que "esta não pode jamais se transformar em apenas porta-voz do Executivo, como muitos reclamam e almejam, ela própria precisa ter voz". Segundo Freire, a liderança do Governo é um cargo também do parlamento e não um canal de mão única por intermédio do qual são baixados projetos. Freire salientou ainda que a nova postura da liderança que muitos chegaram a condenar foi inspirada no presidente Itamar Franco, que "por sua formação democrática jamais admitiu a subalternização do parlamento ao Executivo".

CORREIO BRAZILIENSE